



**ESTADO DO AMAZONAS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

S.P.Q.R.

**PROVA DISCURSIVA  
GRUPO TEMÁTICO I**

PREPARO JURÍDICO

**CONCURSO PARA INGRESSO NA  
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO AMAZONAS**

**15/01/2016**



Concursos

## **Prezado Candidato:**

Você está recebendo um caderno com a **Prova Discursiva e três folhas de respostas**, cada uma correspondendo a uma questão. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

### **Quanto ao Caderno de Prova:**

- 1) O presente caderno contém 3 (três) questões discursivas que devem ser respondidas em até 60 (sessenta) linhas. Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno de prova. Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
- 2) A Prova Discursiva terá duração de 4h (quatro horas), incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da folha de respostas.
- 3) Será permitida, na Prova Discursiva, a consulta a textos legais não comentados ou anotados, à legislação contida em publicações editoriais não comentada/anotada, sendo vedadas quaisquer anotações feitas nos textos legais. Não será permitida a consulta às súmulas de Tribunais.
- 4) As linhas abaixo das questões são destinadas para rascunho. A resposta deverá ser transcrita na folha de resposta com capeamento de identificação destacável e correspondente a toda prova.
- 5) Não será permitida a saída da sala antes de transcorridas 02 (duas) horas do início da prova.
- 6) O caderno de questões poderá ser levado no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término da prova.

### **Quanto à Folha de Respostas:**

- 1) A Folha de Respostas é parte integrante desta prova e terá identificação do candidato feita por meio de número aleatório em código de barras, para identificação eletrônica e em capeamento de prova destacável, em que o candidato está previamente identificado pelo nome e número de inscrição.
- 2) Confira seus dados na parte de identificação destacável e aponha sua assinatura no local indicado.
- 3) Para cada uma das questões, preencha, obrigatoriamente, a respectiva folha de respostas. O preenchimento correto da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato e deve ser feito com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente.
- 4) Não serão consideradas as respostas dadas em folha de resposta diferente da da questão a que se refere. Qualquer assinalação que possibilite a identificação do candidato, exceto a aposição de assinatura no capeamento destacável, será passível de anulação. Não amasse e não dobre as folhas de respostas.
- 5) Não é permitido o uso de qualquer tipo de material fotocopiado, independentemente da origem, de impresso obtido por intermédio da Internet, exceto os expressamente autorizados para esta prova, nem uso de equipamentos eletrônicos ou similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, artigos de chapelaria.

**BOA PROVA!**

## Direito Constitucional

Hipoteticamente, você, na condição de Promotor de Justiça da Comarca da Capital do Estado, recebe um grupo de motoristas de táxis solicitando providências quanto ao descumprimento da Lei Municipal 708, de janeiro de 2015, que proíbe, no âmbito do Município, a prestação do serviço de transporte de pessoas por particulares que não estejam devidamente autorizados e cadastrados junto à Prefeitura Municipal como motoristas de táxi, mediante utilização do aplicativo disponível na plataforma tecnológica UBER. Considerando a necessária diferenciação da utilização da plataforma tecnológica UBER de um lado e, de outro, a concreta prestação do serviço de transporte, realize o controle de constitucionalidade da Lei Municipal 708, de janeiro de 2015, examinando (a) a existência de inconstitucionalidade formal e material, e, ainda que concluindo pela inexistência de qualquer inconstitucionalidade, (b) apontando as formas como deveria dar-se a efetivação do controle de constitucionalidade na hipótese.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS









S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS